

The logo consists of the letters 'UN' in a bold, white, sans-serif font, centered within a solid blue square.

Inter-Agency Task Force on
Social and Solidarity Economy

A inextricável relação entre a Economia Social e Solidária (ESS) e a Agenda 2030

O caso dos Assentamentos em Araraquara (SP), Brasil

*Leandro Pereira Morais
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Brasil*

Maio 2019

Projecto de documento
preparado para o Grupo de Trabalho Interagências
das Nações Unidas sobre ESS (UNTFSSSE)

Chamada para ensaios 2018

A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Qual o papel da Economia Social e Solidária? (ESS)?

Apresentado na Conferência Internacional da UNTFSSSE em Genebra, 25-26
Junho 2019

A responsabilidade pelas opiniões expressas neste documento corresponde apenas aos seus autores, disponibilidade na Plataforma de Conhecimento da ESS para os ODS (unsse.org) não constitui aprovação do Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas sobre ESS (UNTFSSSE), nem dos seus membros institucionais, parceiros ou observadores, das opiniões aqui relatadas. É proibida a publicação ou distribuição deste documento sem autorização prévia dos autores, exceto em caso de uso pessoal.

Este documento está disponível na Plataforma de Conhecimento da ESS para os ODS, na versão e no idioma em que foi recebido.

Resumo

No Brasil e em muitos países, a ESS vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão sócio laboral. Para muitos, pode ser considerada também como um novo modelo de desenvolvimento, mais humano e inclusivo. Tal constatação permite que as Nações Unidas reconheçam a ESS como um dos caminhos auxiliares que contribuirão para a efetivação dos ODS nos territórios. Isto, pois, os ODS são integrados e mesclam as três dimensões do desenvolvimento territorial sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Este artigo tem por objetivo utilizar-se de uma experiência real e inovadora de ESS municipal para explicitar suas efetivas contribuições para se alcançar determinados ODS. O estudo a ser apresentado refere-se a um conjunto de atividades conectadas à ESS (produção alimentícia) realizada como forma de geração de trabalho e renda por uma população de assentados em área de alta vulnerabilidade socioeconômica no município de Araraquara (SP), a partir da Associação de Mulheres Assentadas (AMA). Com este estudo, pretende-se conceber um conjunto de indicadores para os ODS 1,2,5,11,e 12 que sejam replicáveis em outras experiências.

Palabras clave

Economia social e solidária; Assentamentos; Desenvolvimento territorial; Ecossistema; Agenda 2030

Bio

Leandro Pereira Morais. Professor Doutor e Pesquisador do Departamento de Economia e Coordenador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC) da UNESP – ARARAQUARA, Membro Titular do Conselho Científico Internacional do CIRIEC, Representante do Brasil no OIBESCOOP, Consultor Sênior da OIT nas áreas de Economia Social e Solidária e Cooperação Sul-Sul, Membro Suplente da Força Tarefa das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária. Áreas de Interesse de Pesquisa: Políticas públicas de Economia Social e Solidária, ODS, Cooperação Sul-Sul e Ecossistema Empreendedor para a economia Social e Solidária

Introdução

O século XXI é marcado, fundamentalmente, por duas grandes características que parecem caminhar concomitantemente: 1) avanços materiais expressivos, refletidos na atual onda tecnológica, chamada por alguns de “4a revolução industrial” e 2) ampliação dos níveis de pobreza, desigualdade e exclusão social. Em outros termos, a despeito dos avanços econômicos, financeiros, de infraestrutura técnico produtiva, das tecnologias de informação e comunicação, ainda convivemos com níveis alarmantes de pobreza multidimensional, desigualdade crescente e concentração de renda por ampla parcela da população mundial que carece de serviços básicos de educação, saúde, alimentação, habitação etc. É neste contexto que aparece a pertinente discussão sobre o papel da ESS como instrumento – real e simbólico – de enfrentamento deste cenário. Isto, pois, a ESS apresenta-se, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta à inclusão sociolaboral. De forma geral, a ESS compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Uma das formas pragmáticas de demonstrar tais potencialidades é a exposição de experiências territoriais existentes e suas conexões com os objetivos propugnados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Esta Agenda é um plano de ação ambicioso e transformador para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade e se baseia em 17 Objetivos e 169 metas.

Assim, entende-se que uma das principais formas de execução destas metas é a sua aplicação em âmbito local. Entretanto, a despeito do entendimento salutar a respeito da Agenda 2030 e de seus nobres desideratos, há por parte de muitos gestores públicos que conhecem tal Agenda (uma vez que ainda há uma parcela de gestores que a desconhece) a ideia de que sua implementação constitui-se algo inatingível ou até mesmo “lunático” – termo mencionado por um gestor público em uma conversa com administradores municipais no Brasil.

Desta forma, na condição de atuante no tema, observa-se que, na prática, muitos administradores municipais e seus assessores, ao elaborarem e executarem seus respectivos planos de governo incorporam metas e ações, em diferentes áreas, que dialogam com os ODS.

Nesta perspectiva, este artigo tem por objetivo utilizar-se de uma experiência real e inovadora de ESS municipal para explicitar efetivas contribuições da ESS para se alcançar determinados ODS. Tal escolha justifica-se também pela oportunidade de desmitificar a ideia da inatingibilidade da Agenda 2030 em âmbito municipal, pela perspectiva da ESS. Além do que, entende-se que os elementos encontrados permitirão proceder à replicação em outros territórios, guardando as devidas especificidades locais.

O estudo de caso a ser apresentado refere-se a um conjunto de atividades conectadas à ESS (produção alimentícia) realizada como forma de geração de trabalho e renda por uma população de assentados em 3 Assentamentos no município: Bela Vista, Monte Alegre e Horto.

Um desses empreendimentos econômicos solidários (EES) é a Associação de Mulheres Assentadas (AMA), fundada em 2008, por um grupo de mulheres do Assentamento localizado na área rural do município. Esta Associação foi institucionalizada com o objetivo de criar um local para a produção de diversos produtos como atividade geradora de trabalho e renda para as famílias das mulheres que vivem em uma área de alta vulnerabilidade socioeconômica. A Associação optou por oferecer produtos com qualidade alimentar e nutricional, utilizando principalmente matérias-primas de origem natural, sem conservantes e cujas técnicas de produção protegem o meio ambiente.

Outra forma de geração de trabalho e renda existente nos Assentamentos é a produção de hortifrutigranjeiros. Todas as experiências funcionam com base no encurtamento das cadeias de produção e de consumo, bem como por estreita relação de colaboração entre os pequenos

agricultores da região, que são os fornecedores de matérias-primas, tais como farinha, mandioca, mel, etc. Em geral, a comercialização dos produtos ocorre nos Assentamentos, no município, em feiras e mercados rurais e urbanos, ofertando, inclusive, em eventos públicos e privados do entorno.

Estudos recentes apontam para o fato de que, além da geração de trabalho e renda, estas experiências transformaram a realidade das mulheres que vivem nessa área (muitas das quais são chefes da família), uma vez que estas passaram a participarem em processos de tomada de decisão em vigor na comunidade, como nos Orçamentos Participativos municipais.

Entende-se que tal experiência contempla a 1ª área de estudo desta Chamada (SSE as a means of implementation for the SDGs). A experiência dialoga com diversos ODS, tais como os de números 1 e 2 (combate à pobreza e à fome); 5 (empoderamento de mulheres); 11 (cidades e assentamentos inclusivos); 12 (padrões de produção e de consumo sustentáveis), etc. No entanto, visando aprofundar em um “cluster” da Chamada, optou-se pela escolha dos ODS 1 e 2. Isto, pois, os assentados, anteriormente na condição de pobreza extrema, atualmente, auferem uma renda superior ao salário mínimo nacional (ODS 1), chegando em alguns casos, a cerca de 3 a 4 salários mínimos mensais de renda familiar. Além do que, em se tratando de uma experiência de produção alimentícia, os resultados abarcam também o ODS 2, por garantir a segurança alimentar.

Metodologicamente, o estudo se pautará em uma análise descritiva da experiência e o mapeamento de seu “ecossistema”, que englobará e constituirá a estrutura do artigo, que se iniciará com uma breve discussão acerca da relação entre ESS e ODS; posteriormente, apresenta-se o ecossistema empreendedor para o município de Araraquara e, por fim, o caso dos Assentamentos e a Padoka, com vistas a identificar avanços e desafios para o fortalecimento da experiência.

1. ESS e ODS: pertinente e necessária relação

No Brasil e em muitos países, a ESS vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão sócio laboral. Para muitos, pode ser considerada também como um novo modelo de desenvolvimento, mais humano e inclusivo (Morais, Dash & Bacic, 2016).

A ESS compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (Morais, 2013, 2014).

A ESS é caracterizada pela falta de consenso no que diz respeito às suas conceituação e quantificação. Estudo recente realizado pela Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (2018), que é uma força tarefa da ESS no âmbito das Nações Unidas, mapeia diferentes terminologias utilizadas em documentos e publicações oficiais (de governos) em todos os continentes. Este mapeamento reforça a ideia de que a grande quantidade de terminologias justifica-se pelos diferentes modos de geração, atuação e comportamento que este setor manifesta nos diferentes países.

A despeito das diversas terminologias existentes, em termos gerais, a ESS pode ser definida como *“um conceito que se refere a empresas e organizações, em particular cooperativas, sociedades de benefício mútuo, associações, fundações e empresas sociais, que especificamente produzem bens, serviços e conhecimentos, enquanto persegue objetivos econômicos e sociais e promove a solidariedade”* (Borzaga, Salvatori & Bodini, 2017, p. 36). Alvarez (2018, p. 6) sintetiza a ESS como um conjunto de práticas socioeconômicas que *“combinan la empresarialidad cooperativa con la asociación de personas en busca de satisfacer necesidades”*.

Além do que, nota-se que as organizações de ESS oferecem vantagens comparativas para abordar os desafios sociais, econômicos e políticos em todo o mundo, incluindo a coesão social, o “empoderamento” e o reconhecimento de uma economia plural. Primeiro, pois são organizações que frequentemente são criadas de baixo para cima, emergindo dentro das comunidades locais. Segundo, pois permitem uma participação significativa de voluntários, que frequentemente desempenham um papel importante na criação e na fase inicial das cooperativas. Terceiro, suas atividades geram excedentes, que são distribuídos aos seus proprietários.

Consequentemente, a estrutura de governança também tende a ser mais inclusiva e democrática, dando voz a diferentes tipos de parceiros (trabalhadores, cooperados, voluntários, usuários etc.) dentro do processo de tomada de decisões coletivas, permitindo o empoderamento das comunidades e a oferta e demanda de serviços locais.

Tais características fazem com que as Nações Unidas reconheçam a ESS como um dos caminhos auxiliares que podem contribuir para a construção dos ODS. Isto, pois, os ODS são integrados e mesclam as três dimensões do desenvolvimento territorial sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Vale lembrar que os ODS compõem um conjunto ambicioso de dezessete objetivos e 169 metas, definidos e desenvolvidos por meio de um amplo diálogo entre os Estados membros da ONU, autoridades locais, sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas.

Para Utting (2018), a metodologia dos ODS por si, pode mascarar déficits de resultados em nível sub-nacional, bem como corria o risco de desviar a atenção e os recursos das políticas dos grupos marginalizados. Um foco na ESS necessariamente atende o objetivo dos ODS de “não deixar ninguém para trás”, redirecionando a atenção para os territórios locais e os grupos vulneráveis e enfatizando, assim, a cidadania ativa e a democracia participativa, que são essenciais nas demandas dos grupos marginalizados.

Ainda conforme o autor, vários relatórios identificaram ligações entre a ESS e objetivos específicos e convocaram governos e organizações multilaterais para incluir a ESS em suas discussões e planejamento relacionado aos meios de implementação. Em seu trabalho, Utting (2018) relacionou quatro áreas temáticas dos ODS: segurança alimentar/agricultura sustentável, acesso a serviços sociais, empoderamento econômico das mulheres e emprego/trabalho digno.

Outro interessante e recente estudo que externaliza a relação entre ESS e os ODS refere-se ao trabalho sobre Seul, elaborado por UNRISD (2018). De acordo com este, é crucial a implementação dos ODS em nível local, a partir de mecanismos de governança democrática e “*top-down approaches*” de planejamento e execução.

No entanto, no momento atual, ainda se carece de metodologias bem definidas para quantificar os impactos socioterritoriais das experiências dos empreendimentos sociais ou cooperativos em seus respectivos territórios. A complexidade do fenômeno – dado seus impactos não só econômicos, mas também sociais, políticos, culturais e ambientais - requer também mesclar metodologias quanti e qualitativas. Eis aqui um importante tema na agenda de pesquisa sobre a ESS. Para UNRISD (2018), ainda que se depreenda positivos impactos da ESS em seus respectivos territórios, ainda vivenciamos o estágio de “*underdevelopment of methodologies to collect and analyse data on the impacts of SSE*” (p.17).

Do ponto de vista quantitativo, citam-se avanços na área, a partir de dois recentes estudos: ILO (2017) e Monzon & Chaves (2017). O primeiro apresentou uma visão geral de como variáveis chave da ESS são medidas. No entanto, apresentam as tradicionais mensurações de emprego e produto. Já o segundo estudo foi realizado para 28 países europeus e nos traz um salto no que concerne às informações quantitativas da ESS, até o ano de 2015. Entretanto, reconhecem o fato do estágio ainda embrionário desta tarefa, a entendendo como um desafio para nossos tempos. Importante também mencionar os esforços realizados no âmbito da Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (CIET), realizada em outubro de 2018, em Genebra (sede da OIT), onde foram discutidas e encaminhadas metodologias que auxiliarão neste grande desafio da quantificação.

Do ponto de vista qualitativo, é interessante mencionar o trabalho de Castro & Oreamuno (2017) que sugerem uma abordagem diferente para o entendimento dos impactos da ESS em seus respectivos territórios, para além das tradicionais quantificações de renda e empregos gerados. Isto, pois, na visão deles, “ao invés de produzir impactos específicos, as cooperativas desenvolvem uma série de papéis sociais dentro de suas comunidades, o que lhes permite influenciar as dimensões do desenvolvimento de forma mais dinâmica” (p. 148).

Em outros termos, para os autores, fenômenos sociais complexos exigem medidas e métricas “holísticas” de entendimento que, neste caso, foram criadas a partir de quatro categorias analíticas inspiradas no *Human Development Report* das Nações Unidas, a saber: saúde, educação, renda e bens e serviços públicos – capacidades coletivas.

O grande desafio será mesclar metodologias quanti e qualitativas para a construção de uma métrica que seja efetivamente capaz de mensurar a complexidade dos impactos das experiências de ESS, em seus respectivos territórios. Em se tratando desta problemática, o tópico a seguir apresentará a experiência de Araraquara (SP) que poderá ser usada como um estudo de caso para pensarmos em maneiras de registrar e mensurar a inextricável relação entre a ESS e os ODS.

2. O ecossistema empreendedor para a ESS no município de Araraquara (SP)

Inspirando-se em alguns estudos sobre ecossistema para a ESS, entende-se como coerente uma proposta de estrutura para o ecossistema empreendedor voltado à ESS que inclui: a) conhecimento, sensibilização política e formas legais de reconhecimento de políticas e ações; b) acesso aos mercados; c) apoio público e fiscal para start-ups; d) acesso ao financiamento; e) ferramentas para apoiar redes de apoio mútuo; f) desenvolvimento de pesquisa e capacitação na área (Comissão Europeia, 2016; Kim & Jung, 2016; Morais & Bacic, 2017).

A partir desta estrutura, cabe apresentar como este ecossistema vem sendo co-construído na cidade de Araraquara.

De acordo com Fonseca et al (2014), o primeiro passo para a organização deste movimento – alguns empreendimentos enquadráveis nesse campo já existiam, porém dispersos – foi dado em 2004, quando da criação, na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, do Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania – NEESC. Naquele mesmo momento histórico, mais precisamente em 2005, a Prefeitura Municipal criou a *Coordenadoria da Economia Solidária*, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Em fins de 2007, com a publicação de um edital de chamada de projetos no contexto do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC (programa do governo federal), vislumbrou-se a oportunidade de criação de uma incubadora de EES no campus de Araraquara da Unesp, em parceria com um grupo de professores e estudantes do campus de Franca da mesma Universidade.

Como lembram Fonseca e Grigoletto (2012), a aprovação do projeto, em fins de 2008, representou o fator motivador para o início das atividades da Incubadora, embora as condições materiais somente tenham sido criadas em 2011. Dentre as atividades, destaque deve ser dado ao *Fórum de Economia Solidária de Araraquara*, ocorrido em 2008, ocasião na qual os grupos trocaram experiências. O principal resultado do Fórum, contudo, foi a elaboração e a aprovação da *Carta de Princípios da Economia Solidária de Araraquara*. Outra importante conquista desse período foi a aprovação da *Lei Municipal da Economia Solidária*, em fins de 2009. Esta Lei representou uma garantia para que as ações de ESS fossem mantidas, a despeito da mudança do governo na gestão subsequente.

Recentemente, o ano de 2017 passou a representar um marco para o movimento da ESS de Araraquara. As principais sinalizações foram dadas pela nova administração municipal, que assumiu o mandato na prefeitura em janeiro. Merecem destaque, como medidas sinalizadoras, as seguintes iniciativas e ações:

- a) Fortalecimento e dinamização da Coordenadoria Municipal de Economia Solidária, inclusive com a sua transformação em **Coordenadoria Executiva de Trabalho, Economia Criativa e Solidária**;
- b) Realização da **1ª Conferência Municipal de Economia Criativa e Solidária de Araraquara/SP**, com o tema “Desenvolvimento econômico local com trabalho decente: geração de renda e inclusão social”, organizada de forma coletiva pelo poder público e a sociedade civil, onde foram debatidas e deliberadas propostas que subsidiaram a elaboração do Plano Plurianual 2018-2021 e do Plano Municipal de Economia Solidária;
- c) Como decorrência da Conferência, criação do **Sistema Municipal de Economia Criativa e Solidária** e
- d) Inclusão, no texto da Lei Orçamentária Anual para 2018, de um total de cerca de R\$ 986 mil, destinados a investimentos e despesas correntes aplicáveis no âmbito da economia criativa e solidária;

Além do que, é importante mencionar que o atual Prefeito é também Vice-Presidente da **Frente Nacional de Prefeitos em Economia Solidária**¹, que por sua vez, possui um estreito diálogo com a **Rede de Gestores**, ambas organizações atuantes com vistas a contribuir para a criação de espaços para o debate e a proposição de meios adequados para fomentar o desenvolvimento da economia solidária e estimular parcerias, entre as prefeituras e os governos estaduais e federal.

Portanto, nota-se que a ESS é estratégica, sendo esta uma forma de geração de renda, organização, produção e relacionamento social, mais justa, equitativa, nas dimensões humana, social, cultural, política e econômica.

É importante complementar que a gestão pública de Araraquara, iniciada em 2017, estabeleceu como meta a construção de uma "cidade participativa e solidária", buscando implantar um programa de governo dividido em 04 eixos principais: "Gestão democrática e participação popular", "Transparência e controle social", "desenvolvimento e sustentabilidade", "Qualidade de vida e efetivação de direitos sociais". Grandes decisões são tomadas a partir do Orçamento Participativo e dos Conselhos Municipais (tais como os de idosos, jovens, mulheres, igualdade racial, pessoas com deficiências e população LGBT etc). Tais instrumentos garante um amplo processo de debates, com a participação da população, que delibera o plano de investimentos para o exercício orçamentário do ano seguinte, adotando uma prática de transparência na gestão e de total controle público. Toda a elaboração programática busca estar em sintonia com os ODS, desde os eixos que orientam as políticas públicas, passando pela proposta de gestão democrática e controle social (Silva, 2017). Nesse sentido, a atual gestão do município se pauta pela necessidade do fortalecimento da ESS, concebendo-a como instrumento de organização da economia local e regional, bem como estruturante de responsável pela adoção de novos valores nas relações da sociedade local.

2.1 A Conferência Municipal de ESS em Araraquara (SP): instrumento fundamental de um ecossistema para a ESS

Com a convicção de que uma política pública de governo para ser efetiva deve ter continuidade e se consolidar como política de Estado, no caso do município, esta deve ser incorporada como central no desenvolvimento das políticas públicas. Para tal, entende-se que é necessário a sua institucionalização além do controle social e da integração e transversalidade com as demais políticas públicas. Inclusive, em momentos como este que estamos atravessando no Brasil atual, de paulatina deterioração da política pública de ESS em âmbito federal (leia-se: potencial destruição da SENAES, iniciada em 2015 e aprofundada desde então), acredita-se que quão mais forte e institucionalizadas forem as políticas públicas subnacionais, maior a capacidade de existência e de manutenção dos EES em seus respectivos territórios.

Nesta perspectiva, o grande avanço desta empreitada se confirma em novembro de 2017, a partir da Lei no. 9.143, que sanciona o *Projeto de Lei no. 317-17*, instituindo o *Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária*, composto por 19 diretrizes, para o período compreendido entre 2018-2021.

Em síntese, dentre os principais temas e demandas que emergiram da Conferência, citam-se: a) Realizar um mapeamento dos empreendimentos, formais e informais; b) Criar e regulamentar a Lei e o Conselho Municipal de Economia Criativa e Solidária; c) Criar e regulamentar o Fundo Municipal de Economia Criativa e Solidária, como fonte de recurso permanente para o financiamento dos projetos e programas de incentivo e crédito; d) Criar o Centro Público de Economia Criativa e Solidária, espaço físico voltado ao desenvolvimento de políticas públicas de apoio, fomento, desenvolvimento e comercialização e à formação de gestores de políticas públicas e integração destas políticas; e) Implementar a incubadora pública municipal de ESS; f) Criar instrumentos de certificação de produtos da ESS; g) Implementar políticas de incentivo de

¹ <https://www.facebook.com/FrenteNacionaldePrefeitos/>

criação e consolidação de empreendimentos urbanos e rurais, ligados à produção orgânica e agroecológica; etc.

Como parte complementar do ecossistema, vale mencionar, em 2017, a fundação do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania – NEPESEC – da Universidade Estadual Paulista; grupo formado por professores e alunos da graduação e da pós graduação. Dentre as atividades realizadas pelo grupo, no momento atual, segue-se com a realização do mapeamento dos EES do município e seu atual estado de funcionamento.

Das visitas já realizadas, trataremos do Assentamento Monte Alegre onde se situa uma série de EES, incluindo a “Padoka”, que será tratada a seguir.

3. A experiência dos Assentamentos em Araraquara (SP)

A história do Assentamento Monte Alegre remonta à grande concentração de conflitos no campo, até a regulamentação de 38 assentamentos rurais no Estado de São Paulo, entre 1984-1992, dentre os quais o Assentamento Monte Alegre, que abrange 1,3 mil hectares. O assentamento está encravado em meio a um território onde predomina a agricultura modernizada, com forte presença dos complexos agroindustriais sucroalcooleiro e citrícola.

É preciso, portanto, atuar no fortalecimento da diversificação produtiva, a partir do que se entende por novos padrões de produção e de consumo (MORAIS & BORGES, 2010). Nessa perspectiva, em relação às policulturas, observa-se grande diversidade, tanto de cultivos anuais como milho, mandioca, feijão, quanto de culturas perenes, especialmente a laranja, o limão, a manga, a goiaba e o café. Também é expressiva a olericultura, com o plantio de hortaliças diversas, de folhas, raízes e frutos, além da bovinocultura de leite, ovinocultura, avicultura de corte e de postura, bem como das pequenas agroindústrias familiares para a produção de farinha de mandioca, polvilho, rapadura, açúcar mascavo, doces, pães, compotas, mel e queijos.

Na maioria das vezes essa produção é direcionada para o auto abastecimento das famílias, sendo o excedente trocado entre os moradores e comercializado por meio de políticas públicas, tanto federais como estaduais, com destaque para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o *Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social* (PPAIS).

Importante direcionamento dessa produção se deu a partir da criação da “Padoka”, pela Associação do Monte Alegre, que optou por oferecer produtos caracterizados por qualidade alimentar, utilizando principalmente matérias-primas de origem local e natural. A Associação está comprometida em realizar sua produção encurtando as cadeias de produção e consumo, mantendo uma estreita relação de colaboração com pequenos agricultores do assentamento.

3.1 Em busca de uma valoração “quanti – quali”

No momento atual, o NEPESEC realiza um mapeamento dos fornecedores e clientes gerais do Assentamento (Padoka) que se conectam à padaria. Mas, de antemão, já se sabe que há uma estreita relação entre os assentados em suas respectivas produções de bens acima referidos, uma vez que esta se constitui a principal fonte de ocupação e de renda para os assentados, não só do Assentamento Monte Alegre (cerca de 3,5 mil habitantes), mas também do Bela Vista (201 famílias e 800 moradores) e do Horto de Bueno (31 famílias e 130 moradores)². Atualmente, a Padoka conta com até 8 funcionárias moradoras do Assentamento bem como supre sua

² Informações provenientes de conversas com as líderes Silvani e Joseli (2018).

produção contando com a oferta de bens e serviços dos assentados em suas diversas modalidades.

Depoimentos mostram que essa experiência mudou a realidade das mulheres que vivem nessa área rural (muitas das quais são chefes de família), não só pela capacidade de gerar trabalho e renda, mas porque encorajou a sua participação nos processos de tomada de decisão em vigor na comunidade. Atualmente a padaria comercializa seus produtos não só na área do Monte Alegre, mas também nas feiras e mercados rurais da região. Além do que, muitos envolvidos participam ativamente de Conselhos temáticos da Prefeitura, contribuindo e demandando políticas públicas e recursos para a área.

A mensuração de todo esse processo está, como já referido, em andamento e nos permitirá pensar em algumas modalidades de indicadores que, poderão conectar-se aos ODS envolvidos nestas ações, a saber: 1, 2, 5, 11 e 12, com ênfase aos 2 primeiros para o escopo deste trabalho.

Do ponto de vista da construção de indicadores e mecanismos quanti e qualitativos de mensuração dos ODS nos territórios, ainda que em momento embrionário, já se pode visualizar um caminho que se pautará, em nosso caso, pela adequação das sugestões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³ ao tratar o tema dos ODS.

No caso do ODS 1, “até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia”, pode-se dizer que os produtores envolvidos com a Padoka, bem como suas funcionárias, auferem atualmente (após a entrada neste empreendimento) uma renda em torno de 3 salários mínimos, o que demonstra que estes não se encontram na linha de pobreza estabelecida na Agenda 2030.

Indicadores complementares sugeridos pelo IBGE para o cômputo dos resultados deste ODS serão levantados na região, tais como a proporção (%) da população: i) abaixo da linha de pobreza por sexo, idade e condição de trabalho; ii) que vive em domicílio com acesso a serviços sociais básicos e iii) adulta total com direitos de posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros. Adicionalmente, podem-se levantar também as perdas econômicas em relação à produção total do empreendimento e da produção dos assentados, bem como a proporção da produção que é destinada aos programas públicos de garantia de mercado como PAA etc.

Em se tratando do ODS 2, “Fome zero e agricultura sustentável”, também se pode notar que esta experiência contribui para este desafio, uma vez que parte da produção nos assentamentos é trocada entre os moradores e a outra parte vendida. Além do que, como já mencionado anteriormente, as técnicas de produção se baseiam na agroecologia, o que permite uma agricultura sustentável, sem agrotóxicos e com aproveitamento de culturas. E todas estas experiências realizadas a partir da ESS e seus princípios norteadores. Algumas conversas realizadas com líderes dos assentamentos apontam que após a existência da Padoka e da cadeia produtiva que a circunda, a produção voltada ao autoconsumo e à comercialização, implicou no enfrentamento do problema da fome entre os moradores, seja pelo acesso ao alimento em si, seja pela sua venda e conseqüente geração de renda adicional. Ou seja, depreende-se, ainda que qualitativamente, outro interessante impacto desta experiência neste território.

De forma complementar, pretende-se também levantar na região, com auxílio de profissionais da Universidade desta área, se há (e qual a proporção) população que se encontra na condição de subnutrição, por idade; bem como de informações referentes ao volume de produção por unidade de trabalho; proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável; volume de subsídios agrícolas destinados à produção local etc.

Aliados a estes indicadores quantitativos, entende-se como pertinente a inclusão de valorações qualitativas, tendo em vista o teor da amplitude dos impactos socioeconômicos territoriais que envolvem estas experiências. Tal desafio requer a realização de entrevistas semi-estruturadas no

³ <https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo/objetivo?n=1>

sentido de detectar, para estes ODS, a percepção da comunidade em relação à segurança alimentar e seus benefícios; à participação das mulheres em espaços de decisão política; às mudanças na relação familiar com a renda das mulheres; etc.

Embora não sendo foco neste trabalho, outros Objetivos podem ser conectados a esta experiência como o 5 (empoderamento feminino), o 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e o 12 (consumo e produção sustentáveis), tendo em vista a ampla participação das mulheres da comunidade, em termos econômico, social e político, bem como o sistema produtivo utilizado e suas técnicas “verdes” e comunitárias que buscam integrar a produção agroecológica e a alimentação orgânica.

Nesse sentido, com o andar do projeto, será possível, do ponto de vista do ODS 5, levantar: i) proporção de mulheres e meninas que sofreram violência física, sexual ou psicológica; ii) existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo; iii) proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo; iv) proporção de mulheres em posições gerenciais. Adicionalmente, em se tratando do ODS 11, buscar informações sobre: i) % da população que tem acesso ao transporte público; ii) % da população assentada com participação direta nas instâncias de planejamento e gestão urbana locais; iii) existência de estratégias locais de redução de risco e de práticas de construções sustentáveis. Em relação ao ODS 12, mapear: i) índice de perdas na produção e no consumo dos alimentos e ii) uso e destino de resíduos sólidos, bem como avançar na elaboração de planos de ações sustentáveis.

Com o intuito de: i) sistematizar uma proposta de indicadores básicos para o tratamento de ações e de experiências territoriais que dialogam com os ODS 1,2,5, 11 e 12, inclusive, apostando na possibilidade de replicação em outros territórios e ii) conceber um ponto de partida (“T0”) para avançar na criação de métricas de monitoramento e de impacto das experiências e suas ações nos territórios, segue-se o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Proposta de indicadores básicos - ODS 1,2,5,11 e 12

ODS	Indicadores Propostos
1	% População: i) abaixo da linha de pobreza (US\$ 1,25 ao dia), por sexo, idade e condição de trabalho; ii) que vive em domicílio com acesso a serviços sociais básicos; iii) com direitos de posse da terra garantidos % da produção que se destina aos programas públicos de garantia de mercado como PAA
2	% da população que se encontra na condição de subnutrição, por idade e sexo Informações referentes ao volume de produção por

	<p>unidade de trabalho</p> <p>% da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável;</p> <p>Volume de subsídios agrícolas destinados à produção local</p>
5	<p>% de mulheres e meninas que sofreram violência física, sexual ou psicológica</p> <p>Existência ou não de arcabouço legal que garanta a não-discriminação pelo sexo</p> <p>% do tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo</p> <p>% de mulheres em posições gerenciais</p>
11	<p>% da população que tem acesso ao transporte público</p> <p>% da população assentada com participação direta nas instâncias de planejamento e gestão urbana locais</p> <p>Existência de estratégias locais de redução de risco e de práticas de construções sustentáveis.</p>
12	<p>Índice de perdas na produção e no consumo dos alimentos</p> <p>Uso e destino de resíduos sólidos</p> <p>Elaboração de planos de ações sustentáveis</p>

Considerações finais

Conforme pretendeu-se mostrar, existe uma positiva relação entre as experiências locais de ESS e possibilidades efetivas de se alcançar determinados ODS, uma vez que esta experiência relatada está arraigada na economia local e busca um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Entretanto, deve-se mencionar que existe um desafio de enfrentar as debilidades estruturais existentes na Padoka, bem como para com os produtores envolvidos. Assim como ocorre em grande parte dos EES, estes se deparam com dificuldades econômicas que implicam em problemas de sustentabilidade financeira dos empreendimentos.

De acordo com levantamento realizado pela SENAES (2013), no que concerne ao processo de comercialização dos EES no Brasil, as principais dificuldades relatadas foram: falta de capital de giro; estrutura para comercialização inadequada (espaço físico, equipamentos, etc.); concorrência e existência de atravessadores e monopólios; custo elevado de transporte; dificuldades para manutenção da regularidade do fornecimento; preços inadequados; dificuldade de encontrar clientes em escala suficiente; precariedade das estradas para escoamento; exigência de prazos para pagamentos dos clientes e falta de registro para comercialização (impede emitir nota fiscal).

Em face de tais desafios, a ideia do ecossistema se justifica pelo fato de que a criação, a manutenção e o fortalecimento de um conjunto de atores integrados (universidade, setores público e privado, sindicatos, etc) em prol da ESS permitirá o enfrentamento (e ou a minimização) dos problemas reais encontrados no *modus operandi* da ESS. Além do que, com maior sustentabilidade econômico-financeira, se fortalece também a participação política destes em instâncias de decisão governamental e da sociedade civil.

Com este intuito, no momento presente, o NEPESC está elaborando um mapeamento dos EES, com visitas técnicas para detectar suas principais demandas. Já há prevista algumas ações de assessoramento técnico (econômico, logístico e alimentar) à Padoka e aos produtores que envolverão professores, graduandos e pós graduandos dos Cursos de Economia, Administração Pública e Farmácia. Tais ações acontecem também em conexão com o setor público municipal e outros atores como as associações comerciais etc. Nesse sentido, Morais & Bacic (2017) propõe a necessidade de criar procedimentos e instrumentos para melhorar a integração dos EES em redes no território; ação esta possível dado o já existente grau de envolvimento dos assentados em suas respectivas áreas e segmentos produtivos. Para os autores, a integração se dá no processo produtivo e comercial pela concepção da integração produção-comercialização; processo este que se define no campo estratégico da articulação de várias instâncias dos processos produtivos, políticos e comunitários, encaminhados por redes de cooperação permanentes.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ RODRIGUEZ, J. F. (2018). *Economía social y solidaria en el territorio: significantes y co-construcción de políticas públicas*. Colección Escuela Javeriana de Gobierno y Ética Pública, num. 2. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá.
- BORZAGA, C.; SALVATORI, G.; BODINI, G.(2017). *Social and Solidarity Economy and the Future of Work*. Euricse Working Paper for the ILO/ International Labour Office. - Geneva: ILO, 2017.
- CASTRO, O.; OREAMUNO, J.C. (2017). *Contributions from cooperatives to development: methodological input for awareness of the cooperative phenomenon*. In: Review of International Co – Operation, International Cooperative Alliance, Vol. 104, 2017, p. 148-165.
- COMISSÃO EUROPEIA (2016) . *Social enterprises and their eco-systems: developments in Europe*. Luxemburgo, 2016. Disponível em: <http://europa.eu/>.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (2017). *Conceptual Framework for the Purpose of Measurement of Cooperatives and its Operationalization* / International Labour Office Geneva: ILO.
- KIM, Y., JUNG, T. (2016) *Status of Social Economy Development in Seoul: a Case Study of Seoul*. GSEF Social Economy Policy Guidebook - Seoul Metropolitan Government.
- MONZON, J.; CHAVES, R. (org). (2017). *Recent evolutions of the Social Economy in European Union*. In: European Economic and Social Committee and CIRIEC-International – Centre international de recherches et d'information sur l'économie publique, sociale et cooperative. Bruxelas

- MORAIS, L. (2013). *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Campinas: IE-UNICAMP (Tese de Doutorado).
- MORAIS, L. P. (2014) *Cooperação Sul-Sul e triangular e Economia Social e Solidária: possíveis conexões e contribuições para o desenvolvimento sustentável inclusivo*. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/genericdocument/wcms_236661.pdf
- MORAIS, L.; DASH, A ; BACIC, M. (2016). *Social and Solidarity Economy in India and Brazil*. In: 2016 Social Enterprise Summit & the 4th International Conference on Social Enterprise in Asia. Hong Kong
- MORAIS, L.P.; BACIC, M. J. (2017). *Pela necessidade de criar, manter e fortalecer o ecossistema empreendedor solidário*. In: Anais do 32º Congresso Internacional do CIRIEC. UFAM, Manaus, 2017.
- SENAES (2013). *Atlas Digital de Economia Solidária - Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)*, Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil. (<http://sies.ecosol.org.br/atlas>).
- SILVA, Edinho. (2017). *A centralidade da economia solidária*. In: Publicação ILO do 4º Fórum Global de Desenvolvimento Territorial. Praia, Cabo Verde.
- UNRISD. (2018). *Social and solidarity economy for the Sustainable Development Goals: spotlight on the social economy in Seoul*. Geneva.
- UTTING, P. (2018). *Achieving the sustainable development goals through social and solidarity economy: incremental x transformative changes*. Geneve: knowledge Hub Working Paper. UN Task Force on SSE.